



Faculdade de Letras e Ciências Sociais

Departamento de Arqueologia e Antropologia

Licenciatura em Arqueologia e Gestão do Património Cultural

**A FUNÇÃO DOS CENTROS DE INTERPRETAÇÃO NA
PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO TURÍSTICA DAS ESTAÇÕES
ARQUEOLÓGICAS EM MOÇAMBIQUE
CHONGOENE, CHIBUENE E MANYIKENI**

A presente monografia é apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de Licenciatura em Arqueologia e Gestão do Património Cultural na Universidade Eduardo Mondlane

Elaborado por: Silva Jotamo Mazuze

Supervisora: Prof^a. Doutora Solange Macamo

Co-supervisor: Dr Martin Klober

Maputo, Fevereiro 2023

A FUNÇÃO DOS CENTROS DE INTERPRETAÇÃO NA
PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO TURÍSTICA DAS ESTAÇÕES
ARQUEOLÓGICAS EM MOÇAMBIQUE

CHONGOENE, CHIBUENE E MANYIKENI

A presente Monografia é apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de Licenciatura em Arqueologia e Gestão do Património Cultural na Universidade Eduardo Mondlane

Departamento de Arqueologia e Antropologia
Faculdade de Letras e Ciências Sociais
Universidade Eduardo Mondlane

Silva Jotamo Mazuze

O Júri:			Data:
O Presidente	A Supervisora	A Oponente	
_____	_____	_____	___/___/___

ÍNDICE

RESUMO	vi
DECLARAÇÃO.....	vii
DEDICATÓRIA.....	viii
AGRADECIMENTOS	ix
SIGLAS E ACRÓNIMOS.....	x
INTRODUÇÃO.....	1
Objecto de estudo.....	1
Justificativa	1
Objectivos	2
Problema	2
Metodologia.....	4
1. CAPÍTULO I - QUADRO CONCEPTUAL	5
1.1. Conceitos ligados à preservação do património arqueológico.....	5
1.2. Conceitos museológicos	7
1.3. Conceitos do turismo	8
2. CAPÍTULO II - REVISÃO DA LITERATURA.....	12
2.1. Centros de interpretação	12
2.1.1. Breves considerações sobre os centros de interpretação	12
2.1.2. Funções dos centros de interpretação	13
2.2. Contexto arqueológico.....	15
2.2.1. Estação Arqueológica de Chongoene.....	15
2.2.2. Estação Arqueológica de Chibuene.....	16
2.2.3. Estação Arqueológica de Manyikeni.....	17
2.3. Contexto legal	18
3. CAPÍTULO III – O CONTEXTO FÍSICO GEOGRÁFICO DO SUL DE MOÇAMBIQUE	20

3.1.	Localização das Estações Arqueológicas.....	20
3.1.1.	Estação Arqueológica de Chongoene	21
3.1.2.	Estação Arqueológica de Chibueno.....	21
3.1.3.	Estação Arqueológica de Manyikeni.....	21
3.2.	Características físico geográficas.....	21
3.2.1.	Clima e Pluviosidade.....	21
3.2.2.	Solos e Vegetação.....	22
3.2.3.	Relevo e Hidrografia	23
4.	CAPÍTULO IV – A FUNÇÃO DOS CENTROS DE INTERPRETAÇÃO NA PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO TURÍSTICA DAS ESTAÇÕES ARQUEOLÓGICA EM MOÇAMBIQUE: PERSPECTIVA GERAL.....	25
4.1.	Ponto de situação dos centros em estudo.....	25
4.1.1.	Centro de Visita ao Património de Chongoene	25
4.1.2.	Centro de Interpretação de Chibueno	25
4.1.3.	Centro de Interpretação de Manyikeni	26
4.2.	Elementos de análise dos Centros de Interpretação	26
4.3.	Centro de Visita ao Património de Chongoene.....	27
4.3.	Centro de Interpretação de Chibueno.....	31
4.5.	Centro de Interpretação de Manyikeni.....	33
4.6.	Discussão: A importância dos critérios de localização dos centros de interpretação na preservação e valorização turística das estações arqueológicas.....	34
4.6.	Linha do tempo e distribuição geográfica das tradições cerâmicas, que ocorrem nas estações arqueológicas em estudo	36
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	42

Índice das ilustrações

Figura 1: Esquema da metodologia de investigação adoptada para a elaboração do presente TCE. Fonte: o autor, em 2022.....	4
Figura 4: Localização geográfica das estações arqueológicas de Chongoene, Chibuene e Manyikeni. Fonte: Varsil Cossa & Silva Mazuze, em 2022.	20
Figura 5: Ilustração da vegetação predominante na zona costeira do sul de Moçambique. Fonte: O autor, em 2022.....	23
Figura 6: Ilustração dos solos predominantes na zona costeira do sul de Moçambique. Fonte: O autor, em 2022.....	23
Figura 7: Estação e centro de interpretação de Chibuene. Fonte: DPCT 2021: 5.	25
Figura 8: Estação e centro de interpretação de Manyikeni. Fonte: DPCT 2021: 6.	26
Figura 9: Ilustração gráfica e percetual dos critérios levados em consideração para a localização do centro de visita ao património de Chongoene. Fonte: O autor, em 2022.....	28
Figura 10: Ilustração da placa de protecção ambiental. Fonte: Énio Tembe, em 2022. 28	
Figura 11: Recursos patrimoniais de Chongoene, designadamente o concheiro e a cerâmica local. Fonte: O autor, em 2022.	29
Figura 12: Gastronomia local. Fonte: Énio Tembe, em 2021	29
Figura 13: Recursos patrimoniais de Chongoene, Biodiversidade. Fonte: O autor, em 2022.....	29
Figura 14: Ilustração gráfica e percentual dos critérios levados em consideração para a localização do Centro de Interpretação de Chibuene. Fonte: O autor, em 2022.....	31
Figura 15: Ilustração gráfica e percentual dos critérios levados em consideração para a localização do Centro de Interpretação de Manyikeni. Fonte: O autor, em 2022...	33
Figura 16: Distribuição geográfica das tradições cerâmicas que ocorrem nas estações arqueológicas de Chongoene, Chibuene e Manyikeni. Fonte: o autor e Varsil Cossa 2023.....	38

RESUMO

As estações arqueológicas em Moçambique constituem recursos patrimoniais que ultimamente, vêm recebendo uma atenção especial por parte não só dos arqueólogos e estudiosos da área, mas também de outros intervenientes, como é o caso dos operadores turísticos. Este facto ajuda na preservação das estações arqueológicas e na sua valorização, inserida na estratégia de diversificação da oferta turística local. Devido à complexidade deste património, em várias partes do mundo, incluindo Moçambique, a sua aplicação para o turismo é demonstrada através da implantação dos centros de interpretação. Todavia, muitas vezes, na implantação destes centros não tem sido observado os critérios de localização o que vem comprometendo a preservação do património, assim como, a sua valorização para o turismo. O presente estudo desafia este problema, através da proposta de critérios de localização dos centros de interpretação, baseados no seu enquadramento ambiental e ainda na preservação dos achados, bem assim, na sua proximidade dos centros de atração turística e dos variados recursos patrimoniais.

Palavras chave: Estações arqueológicas. Centros de interpretação. Critérios de localização. Preservação. Turismo. Recursos patrimoniais.

DECLARAÇÃO

Declaro, por minha honra, que esta monografia nunca foi apresentada para a obtenção de qualquer grau acadêmico e que a mesma constitui resultado da minha investigação sob orientação da minha supervisora.

(Silva Jotamo Mazuze)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, Mise José Mutombene e Ana/Anita Jotamo Mazuze, bem assim a minha namorada Célia Siteo e aos meus irmãos, Titos Simbine e Maria Simbine.

AGRADECIMENTOS

Consciente da complexidade do processo envolvido na conclusão do curso, gostaria de endereçar os meus agradecimentos à todos que, directa ou indirectamente contribuíram para o seu cumprimento com êxito.

Quero agradecer à minha supervisora, Prof^a. Doutora Solange Laura Macamo, pela paciência, motivação e encorajamento. Sou ainda grato à supervisora pela oportunidade que me concedeu de conhecer os concheiros de Chongoene, na Província de Gaza. Ela também convidou-me a integrar a equipa do projecto que visa a criação do Parque Arqueológico e do Património Biocultural, especificamente do Mercado Cultural, de Artesanato, Mariscos e do Desenvolvimento do Serviço de Ecossistemas em Xai-Xai e Chongoene.

Agradeço, de igual forma, ao meu co-supervisor, Dr. Martin Klober, pela inspiração na reflexão posterior acerca dos critérios subjacentes à escolha do local adequado para a construção e ou estabelecimento dos Centros de Interpretação. Este aspecto constituiu uma importante contribuição para a decisão que tomei acerca da colocação da pergunta de partida.

Quero ainda agradecer aos docentes do curso de arqueologia e gestão do património cultural, em geral e, de forma especial ao Doutor Mussa Raja, actual Director do curso, bem assim aos Mestres, César Mahumane, Celso Simbine, Varsil Cossa e à mestre Kátia Filipe. À ela, fico-lhe ainda mais grato, pelo apoio que me concedeu durante o seu mandato como Directora do curso, sendo, hoje, Directora da Cultura da UEM.

Aos meus colegas do curso, com destaque para Jennifer Chambule, Celeste da Glória, Margarida Ernesto, Julieta Manuel, Elton Machava, Faustino Boane e Nimerino Almirante, pelo companheirismo espírito de ajuda mútua, o que foi fundamental para o alcance de bons resultados durante a formação.

O meu muito obrigado à todos e à todas.

Kanimambo!

SIGLAS E ACRÓNIMOS

CI	Centro de interpretação
DAA	Departamento de Arqueologia e Antropologia
DNPC	Direcção Nacional do Património Cultural
FLCS	Faculdade de Letras e Ciências Sociais
GTA	Gabinete Técnico Alemão
HVC	“Heritage Visitor Center”- Centro de Visita ao Património
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
MAE	Ministério de Administração Estatal
MICULTUR	Ministério da Cultura e Turismo
PEA	Projectos e Estudos Ambientais
SAREC	Agência Sueca para a Cooperação Científica
TCE	Trabalho de Culminação dos Estudos
TLCCSM	Tradição de Lixeiras de Cozinha da Costa do Sul de Moçambique
UEM	Universidade Eduardo Mondlane
WFTGA	<i>World Federation of Tourist Guide Associations</i>

INTRODUÇÃO

O contínuo e rápido desenvolvimento do turismo em Moçambique constitui uma realidade incontestável que, face às exigências deste sector, os operadores turísticos são desafiados continuamente a encontrar estratégias de diversificar a oferta turística. Eles, vão encontrando, desta forma, uma excelente oportunidade na herança cultural e natural deste território, em particular o património arqueológico. Esta estratégia, devido à complexidade do património em causa, é muitas vezes usada através da criação de centros de interpretação. A função destes centros, conforme Solange Macamo (em comunicação pessoal 2022) é a preservação *in situ* do património e a sua ampla disseminação dirigida à um vasto público. Este facto constitui também um ponto de intersecção entre o discurso interpretativo do património de um determinado território, que necessita de ser preservado e a comunicação deste discurso à sociedade (Tugas *et al* 2005). Com efeito, de acordo com a Política de Monumentos de Moçambique, os monumentos, conjuntos e sítios devem ser valorizados para a educação e para o turismo (Resolução nr. 12/2010, de 2 de Junho). Neste trabalho, o meu interesse está virado para as estações arqueológicas de Chongoene, Chibuene e Manyikeni, localizadas nas Províncias de Gaza e Inhambane, respectivamente, conforme será discutido mais adiante. De modo específico, é aqui examinado o papel destes centros na preservação das estações arqueológicas em Moçambique. São tomados em consideração os critérios de localização dos centros de interpretação, incluindo os recursos patrimoniais e a oferta turística local, como pressupostos para esta abordagem.

Objecto de estudo

No âmbito do desenvolvimento do presente tema, o objecto de estudo são os critérios de localização dos centros de interpretação de Chongoene, Chibuene e Manyikeni.

Justificativa

Durante o decurso das aulas, foi muitas vezes mencionada a importância das estações arqueológicas na descoberta e estudo do passado em relação ao homem, bem como, os mais variados espaços por onde este passou ou viveu. Identificar e decifrar a informação contida nestes espaços constitui a principal tarefa dos profissionais arqueólogos. Estes profissionais recorrem a vários métodos de investigação para efectuar os seus estudos, mas encontram alguns desafios relacionados com a interpretação e apresentação do

passado, o que torna a sua tarefa árdua e ao mesmo tempo, estimulante. Ciente desta complexidade imposta pelas especificidades deste património, surge esta necessidade de estudar os centros de interpretação, não só como um mecanismo de divulgação ou promoção das estações arqueológicas, mas também como um meio que, devidamente implantado, contribui para a preservação deste património.

Objectivos

Geral

- Compreender de que forma os centros de interpretação podem contribuir na preservação e valorização turística das estações arqueológicas em Moçambique

Específicos

- Descrever as estações arqueológicas de Chongoene, Chibuene e Manyikeni;
- Estudar a legislação ligada aos centros de interpretação;
- Identificar e caracterizar os critérios de localização dos centros de interpretação em estudo;
- Problematizar os critérios de localização dos centros de interpretação na preservação e valorização turística das estações arqueológicas;
- Propor sugestões e recomendações para os problemas identificados.

Problema

As estações arqueológicas de Chongoene, Chibuene e Manyikeni constituem uns dos mais importantes recursos patrimoniais de Moçambique, que foram alvo de alguma atenção por parte dos arqueólogos e do público em geral. Tanto Chongoene como Chibuene destacam-se pela presença de concheiros, como seu principal vestígio arqueológico e Manyikeni através do amuralhado da tradição Zimbabwe. Juntas, estas estações apresentam ainda vestígios como, cerâmica local, loiça vidrada importada, missangas, e num caso objectos de ouro. A interpretação dos vestígios arqueológicos destas estações ajuda na compreensão de várias questões como as origens urbanas, diferenciação social, padrões de povoamento, assim como, o comércio a longa distância com o Índico, aspectos que não só interessam aos investigadores, como também aos visitantes destes lugares (Macamo 2009a; Macamo 2009b). Apesar destas estações apresentarem um grande potencial arqueológico, tendo Chibuene e Manyikeni

beneficiado de vários projectos de investigação, com destaque para a SIDA- SAREC, continuam a enfrentar vários problemas de conservação (Macamo 2009c:40).

Os apoios conseguidos com a ajuda da SAREC, embora insuficientes, trouxeram alguns resultados satisfatórios como a colocação de placas (ver Muocha 2005), assim como a implantação de centros de interpretação que visavam além da preservação, potenciar estas estações para o turismo (Assi 2015: 36). Não obstante, com o passar do tempo estes recursos técnicos alocados revelaram-se insuficientes para assegurar a preservação das estações.

Os concheiros de Chongoene não tiveram os benefícios de Chibuene e Manyikeni, no entanto, ultimamente têm sido objecto de uma atenção particular no âmbito dos projectos de criação do Parque Arqueológico e do Património Biocultural de Chongoene e Xai - Xai, bem assim, do Mercado Cultural, contando com o apoio da Fundação Gerda Henkel, desde 2021.

Neste trabalho examino a criação dos centros de interpretação de Chongoene, Chibuene e Manyikeni, para compreender como este processo pode contribuir na preservação e na valorização turística das estações arqueológicas.

Conforme as discussões tidas com o Dr. Martin Klober, consultor da Fundação Gerda Henkel, a implantação dos centros de interpretação deve considerar rigorosamente o meio envolvente de forma a comunicar eficientemente o discurso do património com o público visitante, sem contudo, colocar em risco a sua integridade física. Neste âmbito coloca-se a seguinte pergunta de partida:

Que critérios devem ser levados em consideração para a localização dos centros de interpretação?

Metodologia

Metodologia é o conjunto de actividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permitem alcançar o objetivo do projecto, conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista (Lakatos & Markoni 2003).

Para o efeito da presente pesquisa, foi usado o método dedutivo que, segundo Lakatos e Marconi (2003), parte do geral para o específico. A operacionalização deste método de pesquisa compreende três fases nomeadamente: revisão da literatura, trabalho de campo e análise de dados.

A revisão da literatura consistiu em estudar documentos escritos sobre o tema em estudo, documentos estes disponíveis em vários locais e plataformas digitais nomeadamente: biblioteca do DAA, biblioteca Brazão Mazula, Edu Portugal, Academia Premium, Google Maps, Google Earth Pro, entre várias outras fontes que estiveram à disposição para o efeito.

A segunda fase, consistiu no trabalho de campo, que possibilitou a observação do objecto de estudo no terreno com base em modelos de recolha de dados definidos como: entrevistas, observação, captura de imagens que foram cruciais para compreender o contexto deste estudo.

Na terceira e última fase, os dados recolhidos foram analisados num circuito de actividades (Discussões e análise de mapas e imagens) que ajudaram a articular os dados colhidos com a revisão de literatura. As informações de campo foram examinadas, com o objectivo de seleccionar as que melhor respondem aos objectivos da pesquisa.



Figura 1: Esquema da metodologia de investigação adoptada para a elaboração do presente TCE. Fonte: o autor, em 2022

1. CAPÍTULO I - QUADRO CONCEPTUAL

Ciente do vasto vocabulário ligado ao presente estudo, neste capítulo, apresento os conceitos que se ligam à sua aplicação no contexto das estações arqueológicas selecionadas, no âmbito da preservação do património arqueológico e do turismo. De forma particular defino o conceito museológico de Centro de Interpretação, como objecto desta análise.

1.1. Conceitos ligados à preservação do património arqueológico

Preservação - significa manter o imóvel na condição em que se encontra, tentando ao mesmo tempo, travar ou atrasar a sua deterioração. Na prática isto significa que os danos e a deterioração (como os causados pela água, químicos, insectos e plantas) devem ser retardados e revertidos quando diagnosticados (Agnew 1997, citado por Jopela 2014: 7). A preservação visa ainda garantir a manutenção (protecção contínua que não deve envolver a alteração física) da estrutura original do bem cultural imóvel e tomando todas as medidas cautelares possíveis para retardar a sua deterioração ou alteração (Jopela 2014: 7; Decreto n.º 55/2016, de 28 de Novembro). Como pode-se notar esta definição olha para a preservação de forma muito técnica, fazendo com que rapidamente seja perceptível o grande vazio que há em relação à necessidade da preservação, ou seja, o porquê de preservar (Solange Macamo, comunicação pessoal 2021). Nesse sentido, no presente trabalho é enfatizado o objectivo da preservação das estações arqueológicas, que é acima de tudo a sua valorização para fins de educação e turismo, bem assim, como medida para a diversificação da oferta turística local.

Gestão- é o conjunto de procedimentos técnicos e administrativos realizados sobre os bens culturais imóveis protegidos por lei, com vista a manter o seu significado cultural, assim como, assegurar o seu futuro em termos de vestígios materiais e imateriais (Decreto 55/2016). Este termo é também utilizado com referência à conservação planeada dos recursos patrimoniais existentes, identificados e avaliados, de modo a prevenir a exploração, decadência ou destruição causadas pela negligência, ignorância ou indiferença por parte de certos sectores públicos (Jopela 2014: 7).

Modelo de gestão - é a apresentação de uma forma estruturada e organizada de como ocorre a integração entre os sistemas internos, formais e informais de uma organização que fazem com que seja assegurado o atendimento às estratégias de gestão suportadas pelas pessoas dentro de uma organização formal (Rodriguez 2002:1).

Património cultural- designa o conjunto de bens tangíveis e intangíveis, que constituem herança de um grupo de pessoas e que reforçam emocionalmente o seu sentido de comunidade com uma identidade própria, sendo percebidos por outros como característicos (Jopela 2014: 4). O Património Cultural é subdividido em Material e Imaterial, encontrando-se ambos quase sempre relacionados um com o outro e possuindo diversos valores e significados (CRATerre-ENSAG-UNESCO 2006:9). Nas diversas categorias do património cultural, importa para o presente trabalho destacar o património arqueológico, que é o conjunto de materiais recuperados através de métodos e técnicas coerentes, que fornecem informação primária sobre o contexto do material e a sua associação com outro tipo de evidências, testemunhando existência humana no passado (ICOMOS 1990:19).

Estação arqueológica – designa-se assim, qualquer local onde se encontrem vestígios da antiga actividade humana (Macamo 2003). Podem ser acumulações de artefactos, vestígios de edifícios, de estruturas, bem como a presença associada de elementos orgânicos (Meneses 2002).

Parque arqueológico- Segundo Pau-Preto & Luís (2003), o parque arqueológico é entendido como qualquer monumento, sítio ou conjunto de sítios arqueológicos de interesse nacional, integrado num território marcado de forma significativa pela intervenção humana passada, território esse que integra e que dá significado ao monumento, sítio ou conjunto de sítios (Pau Preto & Luís, 2003: 8; Gujamo 2021). O seu ordenamento territorial e gestão devem ser, por isso, determinados pela necessidade de garantir a preservação dos testemunhos arqueológicos aí existentes.

Amuralhados arqueológicos do tipo Zimbabwe - são estruturas em pedra, geralmente de granito, sobrepostas sem argamassa a uni-las, e que tinham como função principal delimitar a zona onde viviam os chefes, como símbolos de poder e de prestígio (Macamo 2003). Em Moçambique são conhecidos vários *Madzimbabwe* como Manyikeni, em Inhambane, Songo, em Tete e Niamara, em Manica, datados entre os séculos XI e XVIII AD (Macamo 2006).

1.2. Conceitos museológicos

Museu- “é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberto ao público, que investiga os testemunhos materiais relativos ao homem e o seu meio ambiente, os adquire, conserva, comunica e em particular, os expõe com finalidade de estudo, educação e deleite” (Resolução 12/10 de 2 de Junho, Macamo 2003: 51).

Musealização- é a preservação *in situ* de valores históricos do passado que pode consistir na construção de centros de interpretação de vestígios no seu contexto, visando a criação de parques ecológicos e museológicos, tendo em vista a fruição pública desses valores (Macamo 2003; Decreto 55/2016 de 28 de Novembro).

Centros interpretativos ou centros de interpretação - são instalações criadas para a avaliação do património cultural e ou natural de uma determinada área geográfica e a sua transformação num produto educativo, cultural ou turístico. Ao contrário dos museus, estes não têm como objetivo principal colecionar, preservar e estudar objectos originais, mas sim facilitar a compreensão de valores culturais e naturais, realizando um trabalho de sensibilização e educação (Izquierdo 2005 *et al* citado por Garrido & Sánchez 2015). Por isso, a criação de centros interpretativos visa a preservação *in situ* do património arqueológico e têm também a função de preservar o meio ambiente que os encerra, conforme Solange Macamo (comunicação pessoal 2023).

Em Moçambique existem vários outros centros de interpretação para além dos que constituem objecto neste estudo nomeadamente, o Monumento e Centro de Interpretação da Matola, na Cidade da Matola; o Monumento e Centro de interpretação da Praça dos Combatentes, na Cidade de Maputo e o Centro de interpretação arqueológica de Nacala, na Cidade portuária de Nacala (Ver também Manhique 2021).

“Heritage visitor centre¹”

Em português designado como centro de visita ao património, o HVC é um equipamento público com carácter expositivo que tem relação directa com uma atração local ou com o entorno imediato. Como tal, O HVC proporciona uma visão geral e um primeiro ponto de contacto com os visitantes, bem como um ponto de encontro central e ponto de partida

¹ Centro de Visita ao Património

para visitas guiadas ou para exploração individual do local. Os centros de visita ao património, geralmente, estão conectados directamente com os locais do património cultural ou natural, ou para simplificar do património biocultural. A informação é geralmente comunicada através de uma exposição permanente integrada, seja em formato analógico ou digital, bem como verbalmente (Ripp 2016).

1.3. Conceitos do turismo

Turismo é um conjunto de actividades profissionais relacionadas com o transporte, alojamento, alimentação e lazer destinado ao turista (Lei 4/2004). Este conceito é multifacetado, ou seja, é geralmente visto de forma contextualizada procurando sempre mostrar como é percebido em diferentes contextos.

Arqueoturismo- consiste em viagens motivadas pelo desejo de conhecer aspectos de culturas passadas, com a intenção de visitar locais onde há vestígios materiais do processo evolutivo humano, tais como sítios arqueológicos, seja pré-históricos ou históricos, seja ainda terrestres ou subaquáticos (Falcão *et al* 2018: 101).

Ecoturismo- é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o património natural e cultural, incentiva a sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações (MTur 2018: 12). Também pode ser definido como um conjunto de actividades turísticas desenvolvidas nas áreas naturais, que visam assegurar a conservação do ambiente e o bem estar das comunidades locais com o envolvimento dos turistas e consumidores de produtos e serviços turísticos (Lei n.º4/2004).

Atractivos turísticos- constituem locais, objectos, equipamentos, pessoas, fenómenos, eventos ou manifestações capazes de motivar a deslocação de pessoas para conhecê-los. Os atractivos turísticos podem ser naturais; culturais; ou mesmo actividades económicas; eventos programados e realizações técnicas, científicas e artísticas (MTur 2018: 9).

Demanda turística - é um conceito fundamental quando abordamos sobre o turismo. Segundo a definição de Boniface e Cooper (2005), refere-se a quantidade de viagens e visitas realizadas por um determinado grupo de pessoas em um determinado período. No âmbito do presente estudo o termo é usado para designar a relação entre a procura e oferta de produtos e serviços aos grupos de turistas que visitam a praia de Chongoene e Xai – Xai, aspecto sustentado por Butler (1980) que argumenta que a demanda turística deve

ser vista como um reflexo da motivação das pessoas para viajar e explorar novos lugares. Ele enfatiza a importância das motivações pessoais na determinação da demanda turística, como a busca por novas experiências, descanso e relaxamento, cultura e educação, entre outros factores.

Fluxo turístico - é o movimento de pessoas de um ponto para o outro com fins turísticos. Este conceito abrange tanto as viagens nacionais quanto as internacionais e é amplamente utilizado para analisar e compreender os padrões e tendências do turismo em determinadas áreas geográficas, e no caso concreto, em Chongoene e Xai – Xai (Goeldner e Ritchie 2012).

Guia de turismo - de acordo com a *World Federation of Tourist Guide Associations*² (WFTGA), é uma pessoa que conduz visitantes em uma ou mais línguas estrangeiras por um ou mais locais, exibindo e explicando pontos de interesse históricos, culturais e naturais (WFTGA 2015). Como se pode observar é importante para o guia turístico na região que compreende Chongoene e Xai – Xai, ter o conhecimento dos recursos existentes, bem assim, o domínio de línguas para fornecer a uma experiência enriquecedora aos visitantes.

Gastronomia local - é o conjunto de práticas culinárias distintas, ingredientes e técnicas de preparação associados a uma região ou localidade (Hall *et al.*, 2003:39), nas abordagens sobre gastronomia local é fundamental destacar a singularidade e autenticidade dos pratos e técnicas culinárias como elementos essenciais. Estes elementos contribuem para área que compreende Chongoene e Xai – Xai, no âmbito da formação de um produto original facto que vai ajudar a destacar esta área em detrimento das outras.

Operadores de turismo- são empresas que têm como função principal a montagem de pacotes de viagem, com serviços de transporte, acomodação, atrativos e, eventualmente, alimentação. São também conhecidos como atacadistas, pois fazem a negociação da compra dos serviços diretamente com os produtores, visando a obtenção de preços diferenciados. Na maioria das vezes, não fazem a venda para o público final. Passam os pacotes para os agentes de viagem que, por sua vez, comercializam o produto (MTur 2018: 21).

² **Federação Mundial de Associações de Guias Turísticos**

Turista - o conceito de turista assim como vários outros conceitos quer a nível do turismo assim como das outras áreas do saber apresenta uma vasta variedade, muitas vezes, relacionada com o contexto de estudo do investigador. No que concerne ao presente contexto, o turista é percebido como sendo uma pessoa ou um grupo de pessoas que passam pelo menos uma noite no local visitado que não seja do seu entorno habitual, com fins não meramente lucrativos. Por consequência, são assim classificados os homens de negócios, desportistas, os congressistas, os membros de delegações oficiais e outros viajantes (Lei 4/2004).

Turismo cultural- refere-se às actividades turísticas relacionadas com a vivência do conjunto de elementos significativos do património histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura. Este termo é também percebido como uma modalidade de turismo cuja motivação da deslocação se dá com o objectivo de encontros artísticos, científicos, de formação e de informação (MTur 2018: 30; Adamowicz 2013:7; Decreto nº. 55/2016). Portanto de acordo com Filipe (2014) o turismo cultural deve ser visto numa perspectiva local ou da base para o topo.

Turismo sustentável e responsável- é um termo usado para designar toda a actividade que satisfaz as necessidades dos visitantes e sócio-económicas das regiões receptoras, enquanto os aspectos culturais, a integridade dos ambientes naturais e a diversidade biológica são mantidas para o futuro. Estas actividades devem ainda, trazer benefícios às comunidades residentes e proporcionar-lhes meios importantes e motivação para cuidarem e manterem o seu património e as suas práticas culturais (MTur 2018: 33, Adamowicz 2013:7).

Turismo comunitário - em torno deste termo, existem muitas controversas dentro da comunidade científica, porém, conforme Castro & Pinto 2013, turismo comunitário não é e nem deve ser visto ou classificado como um segmento ou mais um tipo de turismo, mas sim como uma forma de organização, uma metodologia de trabalho, um modelo de gestão do turismo pautado na sustentabilidade ecológica, cultural e económica e na valorização das peculiaridades e heterogeneidades de um determinado local. Pode ser percebido ainda, como uma estratégia de comunicação social para que as comunidades tradicionais, com desvantagens históricas, viabilizem os seus respectivos modos de vida, usando o turismo (Sampaio 2008: 3).

Portanto, o turismo comunitário permite a valorização dos recursos locais que é um enfoque para a perspectiva da criação do centro de interpretação Filipe (em comunicação pessoal, 2023).

Facilidades turísticas – são os elementos que, por si só, não geram fluxo turístico. A falta delas, porém, pode impedir o turista de visitar as atrações turísticas (Da Silva 2004). Podem ainda, à luz do presente trabalho, referir-se ao conjunto de serviços de alojamento, alimentação e transportes que visam complementar o atrativo turístico, oferecendo serviços que auxiliam o turista durante a sua visita ao local nas suas necessidades de lazer.

2. CAPÍTULO II - REVISÃO DA LITERATURA

No âmbito do presente trabalho e dada a sua natureza e complexidade, a revisão de literatura será feita sobre três aspectos a destacar:

Numa primeira fase aborda-se sobre os centros de interpretação, de seguida o contexto arqueológico das estações em estudo (Chongoene, Chibuene e Manyikeni), com base em, Morais 1988, Senna Martinez 1969, Morais 1988, Macamo 2006, Sinclair 1987, e Ekblom 2004, e por fim é feita uma análise da legislação nacional sobre os centros de interpretação.

2.1. Centros de interpretação

2.1.1. Breves considerações sobre os centros de interpretação

Os centros de interpretação enquanto ideia e espaço surgem no final do século XIX, nos Estados Unidos da América, com o objectivo de preservar, promover e transmitir a importância do valor natural patrimonial dos parques nacionais para os visitantes (Bittencourt 2021: 48). Segundo o mesmo autor, a primeira abordagem sobre os CI estaria relacionada à Tilden (1977), citado por Bittencourt 2021. Para este autor, os CI devem ser percebidos como espaços de educação baseada na preservação da cultura patrimonial nacional, conforme se pode observar na citação abaixo.

An educational activity which aims to reveal meanings and relationships through the use of original objects, by firsthand experience, and by illustrative media, rather than simply to communicate factual information (Tilden: 8, citado por Bittencourt 2021: 48).

Tilden 1977, citado por Bittencourt 2021: 48, defende que os centros de interpretação uniam dois factores:

- Interpretar o património que não é visível, isto é, a dimensão imaterial do património, demonstrar a sua importância e revelar o seu valor para um determinado público;
- Gerar curiosidade e enriquecer o conhecimento do mesmo por meio da interpretação.

Na percepção de Bittencourt 2021, com base na abordagem de Tilden 1977, a concepção dos centros de interpretação está fundamentada em três vertentes designadamente:

educação, património e natureza. A educação é uma ferramenta interpretativa do património contido nos parques nacionais. Até aos anos 1980, esses espaços estavam associados à promoção do turismo natural. Aos poucos a associação dos CI ao turismo tornou-se secundária e os centros de interpretação passaram a estar presentes nos meios urbanos e rurais (Tugas *et al* 2005, citado por Bittencourt 2021: 48).

Esta transformação acima referida ocorreu devido a alguns factores, entre os quais, o facto dos centros de interpretação necessitarem de poucos recursos financeiros para o seu funcionamento, sendo desta feita, uma solução face às necessidades do desenvolvimento do turismo (Pizarro, 2019 citado por Bittencourt 2021: 49). No contexto do presente trabalho, os centros de interpretação visam a preservação e a valorização turística das estações arqueológicas em Moçambique.

Assim sendo, cada centro interpretação desenvolve a sua essência e particularidade, seja com o objetivo de promover o turismo, um parque arqueológico, um sítio histórico ou até mesmo uma actividade identitária de uma comunidade (Izquierdo Tugas *et al* 2005, citado por Bittencourt 2021: 49).

2.1.2. Funções dos centros de interpretação

Considerando que com este trabalho pretende-se também melhorar as abordagens sobre os centros de interpretação ao nível nacional, torna-se relevante a identificação das principais funções dos CI. Deste modo, apresenta-se a tabela abaixo, que compara as funções atribuídas a estes equipamentos por vários autores.

Tabela 1: Diferentes percepções acerca das funções dos CI. Fonte: Bittencourt 2021: 58, adaptado pelo autor, em 2023.

Funções dos Centros de Interpretação				
Nº	Balboa 2007, citado por Pazos (2011)	Bertonatti, Iriane & Castelli (2010)	Pazos (2011)	Pino (2011)
1	Dar as boas-vindas	Dar as boas-vindas	Colaborar e facilitar a gestão do recurso patrimonial	Relacionar o objecto a interpretar com as ideias prévias do visitante
2	Apresentar o local e as instituições que o gerem	Atender o visitante	Informar, divulgar e educar sobre o recurso patrimonial	Instruir, emocionar, provocar ou desencadear ideias
3	Facilitar informações sobre as normas de comportamento	Gerir o fluxo de visitantes	Favorecer o desenvolvimento a nível local	Ter em conta os segmentos de idade
4	Orientar as pessoas para que a sua visita se ajuste às suas expetativas	Dar a despedida e avaliar os resultados da visita	Potenciar o desenvolvimento económico do local	Interpretar não é apenas informar
5	Sensibilizar acerca dos valores patrimoniais do local		Impulsionar distintas estratégias para o desenvolvimento turístico	Organizar hierarquicamente os seus conteúdos
6	Transmitir informação que permita aos turistas colaborar na preservação, conservação das estações arqueológicas	-	-	Selecionar os conceitos relevantes
7	-	-	-	Conter elementos lúdicos
8	-	-	-	Utilizar recursos museográficos diversos
9	-	-	-	Conceber a interpretação como um feito global e não parcial
10	-	-	-	Interpretar objectos patrimoniais sem a necessidade de os possuir.

Conforme se observa na tabela acima, os autores são unânimes quanto à função de enquadramento que os CI devem oferecer, bem como, no que concerne à função de sensibilização e conseqüentemente, a preservação do bem patrimonial, incluindo a sua valorização para o turismo conforme destacado na referida política dos monumentos (Decreto nr. 12/2010, de 2 de Junho). Ainda neste contexto, é importante destacar que a comparação acima apresenta visa demonstrar que em diferentes contextos os CI podem assumir funções diferentes mediante os objectivos que se pretende alcançar com a sua criação.

Ainda na perspectiva das funções dos CI, alguns autores como Ricart (2003), Sardo & Estevão (2009), citados por Bittencourt (2021: 59) classificam, os CI como espaços museológicos cujas funcionalidade podem ser divididas em duas partes: interna e externa. A interna consiste na implementação de estratégias interpretativas e a externa na construção da relação do CI com o público, observando os seguintes elementos: acessibilidade física, pedagógica, para a investigação, fins laborais e para o turismo cultural.

2.2.Contexto arqueológico

2.2.1. Estação Arqueológica de Chongoene

A estação arqueológica de Chongoene foi descoberta em 1968, durante uma missão Alemã de pesquisas arqueológicas chefiada pelo Dr. Gunther Smolla da Universidade Frankfurt. Posteriormente, Martinez em colaboração com Smolla aprofundou os estudos arqueológicos sobre esta estação (Martinez 1969).

Com base nas escavações efectuadas na estação arqueológica de Chongoene, foram identificadas camadas estratigráficas diferentes, com presença de linhas de carvão, matéria orgânica, olaria, cinza, conchas e ossos fragmentados (Martinez 1969; Morais 1988).

Smolla 1976, citado por Morais (1988) faz menção a dois concheiros com evidências de cerâmica das Primeiras Comunidades de Agricultores e Pastores na região de Chongoene, tendo sido comparados com a cerâmica proveniente do Zimbabwe. Neste âmbito, constatou-se que ambas tem a mesma base tipológica, em termos de decoração e forma dos recipientes. Em 1976, Martinez reporta a existência de treze concheiros na região, incluindo os locais visitados por Wells (1943) e Smolla (1976). Destes apenas um foi escavado (Chongoene I), incidentalmente o mais distante da costa (a 1300 m).

De salientar que esta estação tem sido alvo de estudos de reconhecimento levados a cabo recentemente, no âmbito do programa de doutoramento entre a UEM e a Universidade de Uppsala, inserido no projecto: *Biocultural Heritage: Developing New Heritage Industries*, financiado pela ASDI, assim como do projecto do Parque Arqueológico e do Património Biocultural de Chongoene, com o financiamento da Fundação Gerda Henkel (Macamo *et al.* 2001). Várias dissertações de licenciatura têm também emergido destes projectos, como o presente TCE.

2.2.2. Estação Arqueológica de Chibuene

Ocupada a partir do século VI AD, ou possivelmente muito antes, os trabalhos de investigação arqueológica em Chibuene tiveram início em 1977, após a sua localização por Paul Sinclair, arqueólogo e professor da Universidade de Uppsala, Suécia juntamente com alguns investigadores da UEM. O trabalho que culminou com a localização da estação arqueológica de Chibuene, insere-se nas campanhas de prospeção arqueológica efectuadas pela UEM na província de Inhambane durante este período (Sinclair 1987).

Estes trabalhos estenderam-se até 1999, passando também a incorporar vários outros investigadores, incluindo estudantes provenientes de países como Suécia, Polónia e Zimbabwe. Mais tarde, concretamente nos anos 2000, Ekblom, também, arqueóloga da Universidade de Uppsala, na Suécia explora uma outra linha de investigação virada para a discussão sobre a mudança dos padrões de uso dos recursos e do meio ambiente ao longo da história de ocupação de Chibuene. Estas pesquisas contribuíram para o alcance de resultados bastante satisfatórios, revelados através de alguns vestígios (artigos importados e materiais locais de alguns séculos atrás) que, associados, mostram que o comércio a longa distância deu-se muito mais cedo na região sul de Moçambique do que se pensava, notoriamente a partir do século VI AD (Ekblom 2004).

Outros traços encontrados na estação sugerem ainda que, Chibuene estava ligada ao desenvolvimento dos primeiros estados africanos no vale de Limpopo durante o período de transição para o segundo milénio. Esta ligação contribuiu para a formação do primeiro estado Zimbabwe em Mapungubwe (Macamo 2009a), ou possivelmente, antes deste de Mapela Hill, na confluência entre o Rio Limpopo e Shashi (Chirikure *et al* 2014).

2.2.3. Estação Arqueológica de Manyikeni

A estação arqueológica de Manyikeni foi descoberta por um administrador colonial, Alberto Rocha, em 1954. Acredita-se que o mais correcto seria afirmar que a partir daquela data, Manyikeni foi dado a conhecer às autoridades colónias (Filipe 2006:35). Posteriormente, Lereno Barradas, em 1961, um membro da Comissão Colonial de Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique descreveu a estação, concluindo que Manyikeni era um entreposto comercial do Grande Zimbabwe, construído pelos Portugueses, numa postura que, claramente, negava a iniciativa Africana na sua construção (Solange Macamo em comunicação pessoal, 2023). Após a independência nacional, as investigações feitas em Manyikeni contaram com o apoio do Instituto Britânico na África Oriental, com a participação de arqueólogos como Peter Garlake, Graeme Barker e João Morais (Macamo *et al.* 2000b) Em 1978 o projecto foi alargado para testar novas ideias relacionadas com a arqueologia comportamental, um método de pesquisa introduzido pelo arqueólogo Paul Sinclair da Universidade de Uppsala, Suécia (Ibid).

Importa destacar que, anteriormente, semelhante experiência tinha sido testada por Paul Sinclair no Zimbabwe, com o objectivo de estudar as aldeias dos camponeses, em Chivoa Hill (uma aldeia de agricultores) e Montevideo Ranch (uma aldeia de Pastores) (Macamo 2009). Montevideo Ranch fazia parte do complexo da Tradição Zimbabwe, enquanto Chivoa Hill fazia parte da Tradição Kutama, mas sem qualquer construção de pedra, segundo Paul Sinclair (1987). Ele afirma que a economia agropastoril era vital para a existência do Grande Zimbabwe, contudo o que determinava a manutenção do poder do estado pela elite era o comércio de bens exóticos, praticados com a costa do Índico. “Manyikeni era uma janela para o Índico”, (Macamo 2009b, citando o seu antigo estudante de história), de onde eram escoados os artigos de comércio do interior e da costa (Macamo 2009b).

Entre 1975 e 1976 o amuralhado forneceu elementos inerentes à cronologia e afinidades culturais. A olaria e outros elementos encontrados em Manyikeni mostram que a estação foi habitada de 1200 a 1400. Há semelhanças da olaria encontrada em Manyikeni com a do Grande Zimbabwe, na actual República do Zimbabwe. Este facto leva a crer que houve uma estreita semelhança de Manyikeni com o Grande Zimbabwe e outras estações deste complexo (Duarte 1988: 61), no contexto geral da Tradição Zimbabwe.

Os estudos realizados em Manyikení mostraram evidências de diferenciação social (Macamo 2006, citando Morais & Sinclair 1980). Por exemplo, em Manyikení foram localizados três níveis de ocupação na área escavada fora do amuralhado, bem como vestígios de numerosas habitações no seu exterior. Ainda dentro desta área de actividade foi detectada uma zona com vestígios de fundição de minérios de ferro (SARQ 1977:3).

2.3. Contexto legal

Lei nº 10/88, de 22 de Dezembro, que determina a protecção legal dos bens materiais e imateriais do património cultural moçambicano- “Aplica-se aos bens do património cultural na posse do Estado, dos organismos de direito público ou de pessoas singulares ou colectivas, sem prejuízo dos direitos de propriedade que couberem aos respectivos titulares. Estende-se a todos os bens culturais que venham a ser descobertos no território moçambicano, nomeadamente no solo, subsolo, leitos de águas interiores e plataforma continental” (Artigo 2).

Decreto nº 27/94 de 20 de Julho, que aprova o Regulamento de Protecção do Património Arqueológico e a composição do Conselho Nacional do Património Cultural - Este Regulamento tem por objecto a protecção das diferentes categorias de bens materiais móveis e imóveis que, pelo seu valor arqueológico, são bens do património cultural de Moçambique (Artigo 1).

Regulamento sobre a Gestão de Bens Culturais Imóveis (Decreto nº55/2016, de 28 de Novembro) - Estabelece o regime jurídico para a gestão das diferentes categorias de bens culturais imóveis (monumentos, conjuntos e locais ou sítios) que, pelo seu valor histórico, arqueológico, arquitectónico são bens do património cultural de Moçambique, de modo a garantir a sua fruição pública para as presentes e futuras gerações.

Resolução nº 11/2010 de 2 de Junho, que aprova a Política de Museus - Promove a valorização, preservação e fruição do património cultural moçambicano, usando os museus como um dos dispositivos da inclusão social e de cidadania, fomentando, ao mesmo tempo, as memórias constitutivas da diversidade geográfica, social e cultural do país.

Resolução nº12/2010, de 2 de Junho, que aprova a Política de Monumentos_ Esta resolução objectiva a preservação e valorização dos Bens Imóveis do Património Cultural de Moçambique, de forma a garantir a sua fruição pública, usando os monumentos como fonte de Identidade Nacional. Abrangem ainda a preservação dos monumentos que se situam fora do país, mediante a assinatura de instrumentos específicos acordados com os respectivos governos, através de cooperação internacional, num regime de reciprocidade conforme previsto na Lei 10/88, de 22 de Dezembro.

Esta política define ainda a valorização dos monumentos para a educação e o turismo. Especifica que “O turismo cultural constitui um valor acrescentado para a diversificação da oferta turística nacional. Por conseguinte, o Estado estimula a geração de fundos através do turismo cultural, em benefício da conservação dos Imóveis e da melhoria das condições de vida dos moçambicanos”, através da canalização de fundos resultantes do turismo, para o efeito (Resolução nr. 12/2010, de 2 de Junho).

Conforme pode-se constatar na legislação acima indicada, contempla o processo de criação dos CI, bem assim, as medidas cautelares no processo da sua implantação. Em contrapartida prevê a criação de museus e monumentos detalhando claramente os aspectos a ter em conta. Este facto, conota-se como sendo um dos principais elementos que compromete o processo de implantação dos CI, bem assim, a sua a fruição e operacionalização no território nacional. Não obstante, em Moçambique conforme mencionado anteriormente, existem vários CI, para além dos usados como objecto para presente trabalho.

3. CAPÍTULO III – O CONTEXTO FÍSICO GEOGRÁFICO DO SUL DE MOÇAMBIQUE

Este capítulo visa descrever a geografia física do sul do país, onde se localizam as estações arqueológicas em estudo nomeadamente, Chongoene, Chibuenne e Manyikeni, no que concerne à sua localização, clima, pluviosidade, solos, vegetação, relevo e hidrografia.

3.1. Localização das Estações Arqueológicas

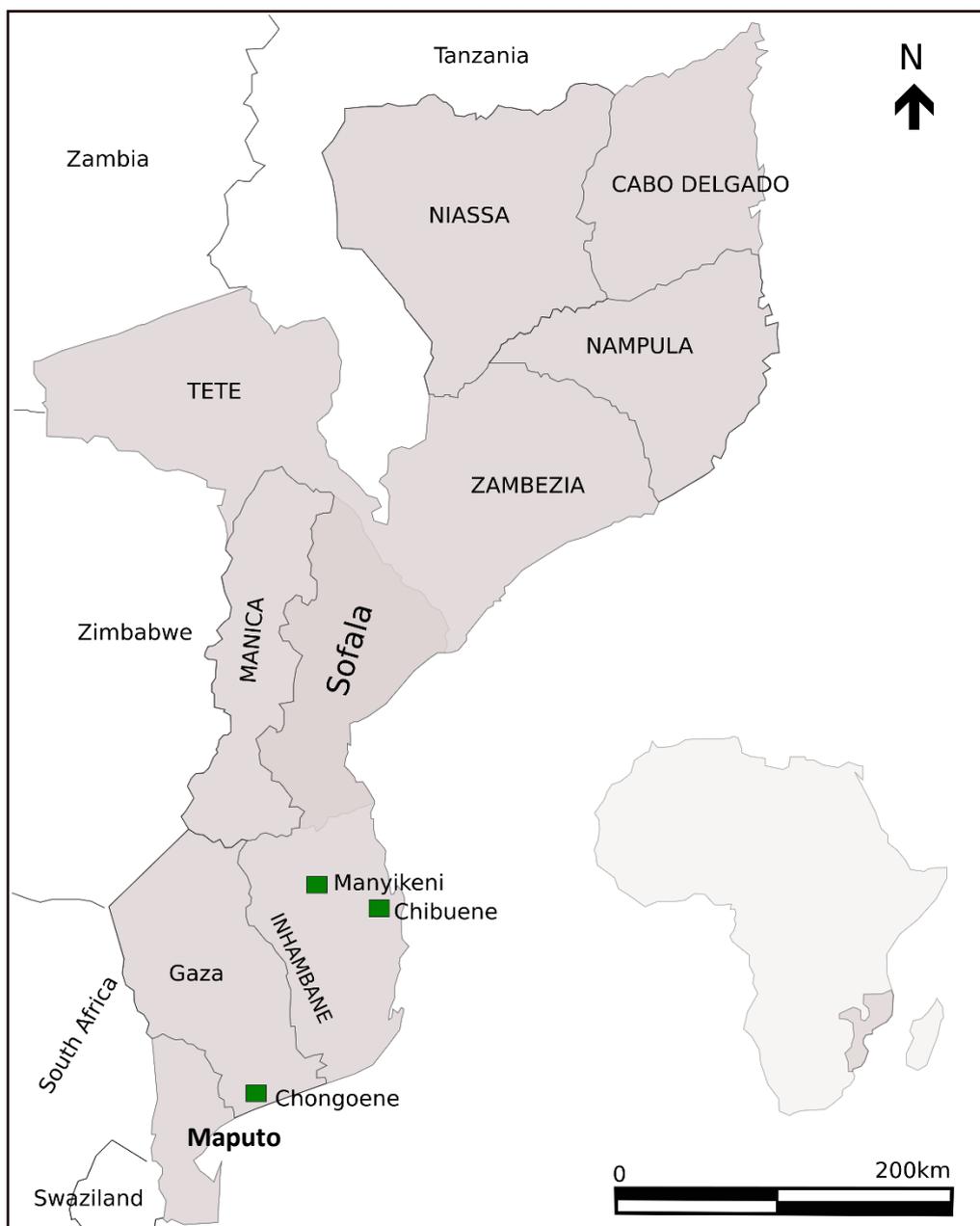


Figura 2: Localização geográfica das estações arqueológicas de Chongoene, Chibuenne e Manyikeni. Fonte: Varsil Cossa & Silva Mazuze, em 2022.

3.1.1. Estação Arqueológica de Chongoene

A estação arqueológica de Chongone localiza-se no mais recente distrito de Chongoene, na província de Gaza, com as seguintes coordenadas geográficas: 25° 05' 30'' S de latitude e 33° 49' 30'' E de longitude e está codificada em 2533 Bb1 (Morais 1988).

3.1.2. Estação Arqueológica de Chibuene

A estação arqueológica de Chibuene localiza-se na província de Inhambane, no distrito de Vilanculos, no posto administrativo de Vilanculos sede (DPCT 2021:6). Chibuene dista a 700 km a norte de Maputo, com as seguintes coordenadas geográficas: 22° 02'02" S, 35° 19'30" E (Sinclair 1982:151).

3.1.3. Estação Arqueológica de Manyikeni

A estação arqueológica de Manyikeni localiza-se a norte da província de Inhambane, no distrito de Vilanculos, concretamente no posto administrativo de Mapinhane na localidade de Muabasa (DPCT 2021:5). Manyikeni dista a cerca de 50 km da costa do Oceano Índico e a 133 km do rio Save, nas seguintes coordenadas geográficas: Lat. 22° 11' 05'' S, Long. 34° 50' 42'' E (Garlake 1976: 25).

3.2. Características físico geográficas

3.2.1. Clima e Pluviosidade

O clima de Moçambique é tropical, caracterizado por duas estações muito distintas: uma fria e seca, de Maio a Setembro e quente e húmida entre Outubro a Abril. O sul de Moçambique em particular o qual constitui o nosso contexto de estudo, caracteriza-se por ser seco no interior, e húmido, a medida que vamos em direção a costa (FAO 2009 citando por Macamo *et al* 2021: 21). Este elemento, clima, constitui um dos componentes naturais mais importantes para caracterização da região sul de Moçambique, dada a sua situação geográfica, nos dois lados do trópico de Capricórnio. Esta região possui um clima nitidamente tropical devido às influências da pluviosidade e da temperatura. (Muchangos 1999: 152).

No litoral, as somas pluviométricas anuais variam de 800 e 1.000 mm enquanto que as temperaturas médias oscilam entre 22° a 24° C. As regiões mais chuvosas situam-se no litoral de Inhambane com valores de pluviosidade acima dos 1.400 mm e temperaturas médias de ordem dos 26° C (Muchangos 1999: 152).

Com características marcadamente mais secas nas regiões do interior, em particular a faixa compreendida entre Chicualacuala e Massingir onde as médias de temperatura se matém à volta de 24° C a 26°, a pluviosidade baixa até 300 mm anuais. Esta faixa, por sinal, é a mais árida do país. Durante a época das chuvas ela depende visivelmente da localização em relação à costa e da conseqüente diminuição da influência das massas de ar e dos ventos alíseos. Contudo, a influência da altitude é notória nos montes Libombos, onde, devido à altitude, se verifica uma ligeira diminuição das temperaturas médias anuais (20° - 21° C) e um acentuado acréscimo das somas pluviométricas de 600 mm no litoral para 800 mm em Namaacha. A influência combinada das massas de ar húmido e das frentes frias originárias do Sul da África faz com que a maior parte das chuvas ocorram na estação quente, mantendo-se assim o carácter tropical do clima (Muchangos 1999: 152).

3.2.2. Solos e Vegetação

As condições topográficas da região sul de Moçambique, introduzem características adicionais, sobretudo a exposição e posição, factores importantes para a criação de microclimas e de condições locais para formação de solos e sua respectiva cobertura vegetal. Nas áreas de declives acentuados, os solos originais dos riólitos são pouco espessos, por vezes, pedregosos ou lateríticos. no sopé das montanhas, os solos são mais profundos e argilosos e menos pedregosos, misturados, por vezes, com aluviões. Com igual expressão apresentam-se os solos do planalto da Namaacha e outras superfícies peneplanas (Muchangos 1999:161).

As áreas de solos esqueléticos suportam somente uma vegetação herbácea com algumas espécies arbóreas. Nos vales dos rios Umbelúzi e Maputo, com solos ricos em nutrientes, desenvolve-se uma vegetação frondosa nitidamente delimitável pela fotografia aérea. Trata-se de solos basálticos férteis, de superfícies aplanadas, tal como sucede nas proximidades da Barragem dos Pequenos Libombos. Na Moamba, os solos escuros são fortemente argilosos e profundos. Produzem abundante lama durante a estação das chuvas e fendíveis na estação seca. Por vezes apresentam menor profundidade e cascalheiras abundantes. Nas proximidades de Magude, os tipos de solos predominantes são arenosos e de cores mais claras de amarelo ao cinzento. A sua profundidade é variável e depende da sua posição geográfica (Muchangos 1999:161).



Figura 3: Ilustração da vegetação predominante na zona costeira do sul de Moçambique.

Fonte: O autor, em 2022



Figura 4: Ilustração dos solos predominantes na zona costeira do sul de Moçambique.

Fonte: O autor, em 2022

3.2.3. Relevo e Hidrografia

A hidrografia de Moçambique e em particular da zona sul do país é fortemente influenciada pelo relevo da região, caracterizado por apresentar planícies aluviais de dunas do interior. Entre o rio Save e rio Limpopo a planície atinge mais de 500 km de largura e estreita-se nas proximidades da Baía de Maputo, onde a 40 km a Sudoeste se estende o robordo montanhoso da cadeia de Libombos (Muchangos 1999: 151).

A região sul de Moçambique é atravessada por números cursos de água e possui milhares de lagos e lagoas, com destaque para Manhale e a Zevane na província de Inhambane. A maior parte dos principais rios, tem a sua origem nos países vizinhos. Depois de atravessar as terras altas da fronteira divagam, através da planície até atingirem a foz do Índico. Os

rios mais importantes desta região são: Inhanombe, Limpopo, Incomáti, Matola, Umbelúzi, Tembe e Maputo (Muchangos 1999: 151; PEA 2012: 15).

Estes rios ocorrem por ravinas e depressões naturais do território. Junto à costa também nascem rios de pequena extensão cujo carácter hidrológico está muito dependente da morfologia litoral e da composição dos terrenos. Alguns destes rios, isoladamente, não têm a capacidade para atravessar a barreira natural do relevo dunar e formam uma foz conjunta, tal como sucede nas baías de Maputo e de Inhambane (Muchangos 1999: 151).

4. CAPÍTULO IV – A FUNÇÃO DOS CENTROS DE INTERPRETAÇÃO NA PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO TURÍSTICA DAS ESTAÇÕES ARQUEOLÓGICA EM MOÇAMBIQUE: PERSPECTIVA GERAL

Este capítulo toma em linha de conta os seguintes aspectos: os elementos de análise para cada um dos centros de interpretação/futuro centro de interpretação; a discussão sobre a importância dos critérios de localização dos centros de interpretação na preservação e valorização turística das estações arqueológicas; a linha do tempo e por fim o mapa que mostra a distribuição regional das principais tradições cerâmicas encontradas nas estações em estudo.

4.1. Ponto de situação dos centros em estudo

4.1.1. Centro de Visita ao Património de Chongoene

O Centro de Visita ao Património de Chongoene encontra-se na fase preparatória da sua implantação, onde se espera que o presente estudo possa contribuir na escolha do local para a sua implantação e sobretudo observando rigorosamente os critérios aqui definidos.

4.1.2. Centro de Interpretação de Chibuene

Chibuene é o único centro, dos selecionados para este estudo que se encontra em funcionamento, porém dos dados colhidos aquando da realização da pesquisa mostram que existe deficiência na interpretação da estação devido à falta de profissionais da área no centro (Telvia Machava & Faustino Boane Comunicação pessoal).



Figura 5: Estação e centro de interpretação de Chibuene. Fonte: DPCT 2021: 5.

4.1.3. Centro de Interpretação de Manyikeni

O centro de interpretação de Manyikeni, apesar de ser o mais antigo do país, a ser estabelecido (Sinclair 1987) encontra-se abandonado e as suas instalações hoje servem de abrigo para a família do guarda que tinha sido alocado para zelar pelo centro (Telvia Machava & Faustino Boane, comunicação pessoal). Todavia, com a aprovação recente do programa de financiamento para a conservação dos locais históricos e arqueológicos (2023-2024), pelo Ministério da Cultura e Turismo, notabilizou-se o comprometimento do governo para com esta questão. Isto vai, certamente, possibilitar o funcionamento eficaz deste centro de interpretação.

Um papel importante nesta questão deve ser desempenhado pelo Departamento de Arqueologia e Antropologia da Universidade Eduardo Mondlane como depositária do património arqueológico nacional, ao abrigo do artigo 6 da Lei nr. 10/88, de 22 de Dezembro que determina a protecção legal dos bens materiais e imateriais do património cultural moçambicano.



Figura 6: Placa didáctica usada na interpretação da Estação Arqueológica de Manyikeni.
Fonte: DPCT 2021: 6.

4.2. Elementos de análise dos Centros de Interpretação

a) Critérios de localização

Ciente da complexidade dos elementos a considerar para a implantação dos Centros de Interpretação descrevem-se os seguintes critérios: fluxo turístico; didáctico-científico e conservação preventiva/para não afectar a integridade física das estações arqueológicas. São tidos em conta ainda outros aspectos, como os recursos patrimoniais e a oferta turística para o estabelecimento dos Centros de Interpretação. Estes aspectos são vistos

como consequência dos critérios de localização definidos para cada um dos Centros de Interpretação/Centro de Visita ao Património.

b) Recursos patrimoniais

É um termo utilizado em muitas áreas do conhecimento, em particular na área de gestão e contabilidade, para referir um conjunto de bens de uma determinada empresa. Não obstante, no presente contexto, este termo é utilizado para referir um conjunto de recursos culturais (gastronomia, danças, cânticos, vestígios arqueológicos, entre outros bens tangíveis e intangíveis do património cultural) e naturais (diversidade de plantas e animais, praias e outros elementos), que pelas suas características sejam considerados património de uma terminada comunidade e área geográfica.

c) Oferta turística

Refere-se ao conjunto de atractivos turísticos, serviços, equipamentos e toda a infraestrutura de apoio ao turismo de um determinado destino turístico, utilizados em actividades designadas turísticas (MTur 2018: 21). A oferta turística é geralmente composta por dois elementos fundamentais para afluência de turistas num determinado destino nomeadamente, o património turístico³ e os recursos turísticos⁴, elementos estes que na deficiência da sua combinação, a afluência de turistas neste destino torna-se quase impossível (Cunha 2007, Seaton 1996, OMT 2001).

4.3. Centro de Visita ao Património de Chongoene.

a) Critério de localização

A localização do Centro de Visita ao Património foi perspectivada para uma zona próxima dos estabelecimentos turísticos, mas distante dos concheiros. Esta situação constitui em si uma medida de conservação preventiva premeditada, o que é uma vantagem. Ao mesmo tempo teve-se em conta o fluxo turístico ao centro. Em termos proporcionais, o aspecto didáctico-científico foi prejudicado, sendo que o mesmo vai ser compensado com os conteúdos do Centro e a capacidade da sua interpretação para o público.

³ Conjunto potencial dos bens materiais/imateriais que estão à disposição do homem e que podem utilizar-se, mediante um processo de transformação, para satisfazer necessidades turísticas.

⁴ Todos os bens e serviços que por intermédio do homem, tornam possível a actividade turística e satisfazem as necessidades da procura.

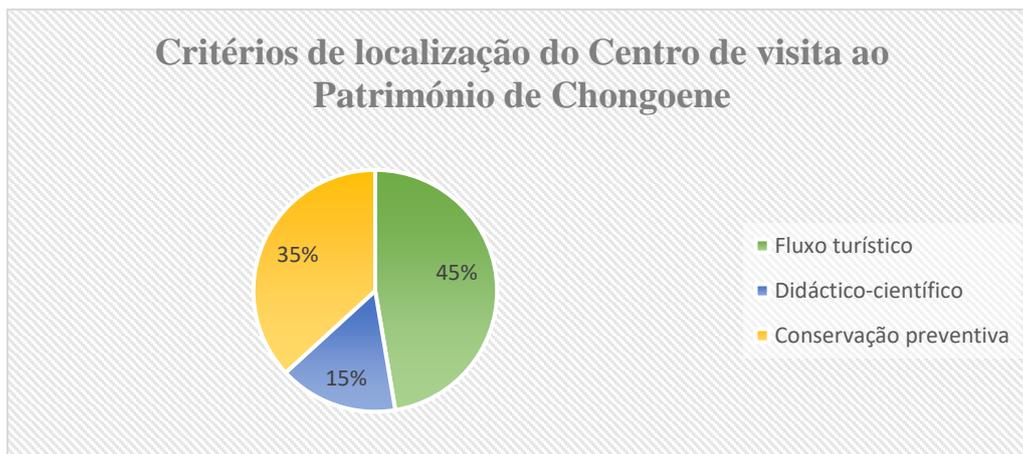


Figura 7: Ilustração grÁfica e percetual dos crITÉrios levados em consideraÇão para a localizaÇão do centro de visita ao patrimÓnio de Chongoene. Fonte: O autor, em 2022.

b) Recursos patrimoniais

A estaÇão de Chongoene é essencialmente caracterizada pela presenÇa de concheiros e fragmentos de cerÁmica, do perÍodo PrÉ-Bantu e posterior, contabilizam-se, 13 concheiros, ou mais, conforme Senna Martinez (1968). Estes concheiros dividem-se em dois tipos: concheiros culturais e concheiros naturais. Na Área, existe tambÉm uma riquÍssima biodiversidade. Esta biodiversidade levou as autoridades do MunicÍpio de Xai-Xai, em coordenaÇão com o sector do Ambiente, a nÍvel do Governo, a considerar a zona onde se insere o concheiro de Chongoene, uma Área de ProtecÇão Ambiental.



Figura 8: Ilustração da placa de protecção ambiental. Fonte: Énio Tembe, em 2022.



Figura 9: Recursos patrimoniais de Chongoene, designadamente o concheiro e a cerâmica local. Fonte: O autor, em 2022.



Figura 10: Gastronomia local. Fonte: Énio Tembe, em 2021



Figura 11: Recursos patrimoniais de Chongoene, Biodiversidade. Fonte: O autor, em 2022.

c) Oferta turística

A oferta turística, conforme mencionado acima, resume-se num conjunto de produtos e serviços que visam completar os atractivos turísticos, de modo a garantir a satisfação do turista. Em Chongoene, de forma particular, ela agrega uma grande quantidade de estabelecimentos de alojamento, porém com uma ligeira carência de estabelecimentos de restauração e ausência de rent- a- car. (ver Tabela 2).

Tabela 2: Facilidades turísticas próximo da estação arqueológica de Chongoene. Fonte: O autor, em 2022.

Nº	Nome	Classificação (*)	Serviços
1	Complexo Turístico Halley	***	Hospedagem
2	Paradise Properties, Praia de Xai – Xai	****	
3	Go Wild Beach Resort	****	
4	Blue Dolphin Resort	****	
5	Reef Resort Xai – Xai	****	
6	Montego Resort	****	
7	Café Pescador (Mariscos)	****	Restauração
8	Ocean Star	****	Outros serviços
9	Mercado Cultural ⁵	-----	
10	Parque Arqueológico e Biocultural de Chongoene e Xai – Xai ⁶	-----	

⁵ Em processo de construção

⁶ Em processo de Concepção

4.3. Centro de Interpretação de Chibuene

a) Critério de localização

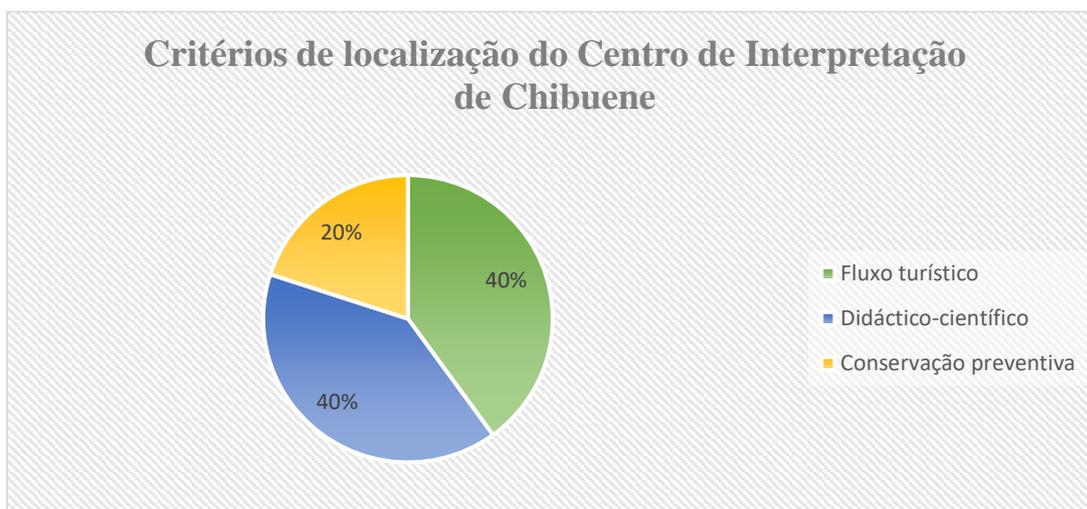


Figura 12: Ilustração gráfica e percentual dos critérios levados em consideração para a localização do Centro de Interpretação de Chibuene. Fonte: O autor, em 2022.

Conforme pode ser observado no gráfico acima, a estação e centro de interpretação de Chibuene tem ligeiramente um equilíbrio na salvaguarda dos critérios de localização do centro de interpretação, facto que contribui para a afluência do público no centro.

b) Recursos patrimoniais

A estação arqueológica de Chibuene é conhecida pelo concheiro, o vestígio emblemático desta estação, porém, é ainda possível nesta estação contemplar evidências (como, fragmentos de cerâmica local, loiça vidrada importada e missangas) (Ekblom 2004).

Para além dos importantes testemunhos do passado destacados acima, o distrito de Vilanculos, onde a estação arqueológica e o Centro de Interpretação se encontram é conhecido pela sua diversidade cultural (gastronomia, danças, cânticos e rituais mágico-religiosos) (MAE 2005: 16).

Em relação ao património natural, destacam-se as belíssimas praias do distrito de Vilanculos com uma vasta diversidade de facilidades turísticas, conforme ilustra as **Tabela 2 & 3**.

c) Oferta turística

Nas mediações do centro de interpretação da estação arqueológica de Chibuene existem várias facilidades turísticas, nos seus mais variados níveis, desde os serviços de hospedagem, restauração, rent- a – car e navegação aérea, conforme ilustra a tabela abaixo.

Tabela 3: Facilidades turísticas próximo da estação arqueológica de Chibuene. Fonte: O autor, em 2022

Nº	Nome	Classificação (*)	Serviços
1	Dona Soraya Beach Resort	****	Hospedagem
2	Achipelago Resort	****	
3	Casa Jardim Vilankulo	*****	
4	Vilamar Lodge	***	
5	Ebony Beach Villa	****	
6	Fazila Take Away	***	Restauração
7	Restaurante Bar Sol Nascente	****	
8	Jenny’s Bar & Restaurant	****	
9	Aeródromo de Vilanculos	****	Outros serviços
10	Mozambique Horse Safari	****	
11	Nelson Taxi Vilankulo Transfer	*****	

Tabela 4: Outras ofertas turísticas em Vilanculos Fonte: O autor, em 2022

Nº	Nome	Classificação (*)	Serviços
1	Samara Lodge & Restaurant	****	Hospedagem
2	Hotel Águia Negra	****	
3	Hotel Dona Ana	****	
4	Complexo Alemanha	***	
5	Baraka Beach Hotel	****	
6	Zita’s Food	****	Restauração
7	Jenny’s Bar & Restaurant	****	
8	Tsokodza Local Food	*****	
9	Aeródromo de Vilanculos	****	Outros serviços
10	Nelson Taxi Vilankulo Transfer	*****	

4.5. Centro de Interpretação de Manyikeni.

a) Critérios de localização

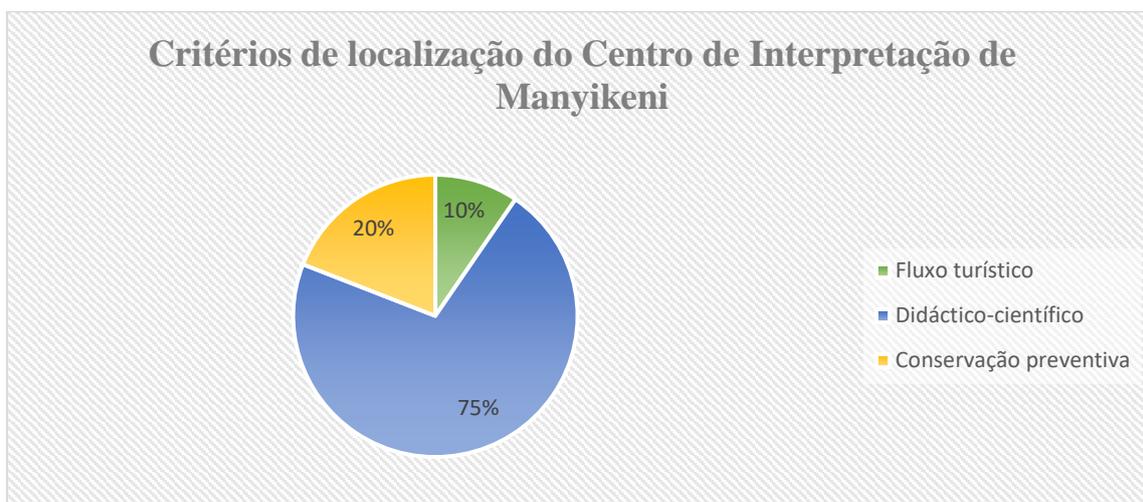


Figura 13: Ilustração gráfica e percentual dos critérios levados em consideração para a localização do Centro de Interpretação de Manyikeni. Fonte: O autor, em 2022.

Analisando o gráfico acima apresentado, pode-se verificar que no centro de interpretação de Manyikeni, no que concerne aos critérios de localização, o critério didático -científico com 75% foi o que mais consideração teve em relação aos outros critérios. Desde modo pode-se concluir que embora o centro apresente elementos para sua valorização turística, a discriminação elevada dos restantes critérios compromete o fluxo do público neste centro.

b) Recursos patrimoniais

A estação arqueológica de Manyikeni é repleta de numerosas evidências da ocupação humana (cerâmica local de motivos geométricos queimada ou grafitada, missangas, loiça vidrada e objectos de ouro). Não obstante, assim como destacado anteriormente o vestígio que melhor representa a estação é o amuralhado da tradição Zimbabwe (Sinclair 1987; Macamo 2006). Este amuralhado é de plano elíptico com cerca de 50x65 m de comprimento, 1.50 m de altura e espessura, feito de blocos de calcário (Macamo 2009b:2). (ver Figura 8).

A estação arqueológica de Manyikeni assim como de Chibuene localizam-se ambas no distrito de Vilanculos o que lhes confere muitas afinidades em termos de recursos patrimoniais quer em relação aos aspectos culturais assim como naturais.

c) Oferta turística

Devido a proximidade uma da outra, a estação arqueológica de Manyikeni beneficia-se das mesmas facilidades turísticas que Chibuene (ver Tabelas 3 & 4).

4.6. Discussão: A importância dos critérios de localização dos centros de interpretação na preservação e valorização turística das estações arqueológicas

A preservação do património, por si só, é limitada, se não forem considerados os seus benefícios sociais e económicos. Daí a relevância de ser definida finalidade da sua preservação na valorização turística das estações arqueológicas, usando os centros de interpretação, a partir dos critérios demonstrados para sua localização. Conforme Robinson & Picard citado por Filipe 2014, o turismo tem sido, cada vez mais, visto como uma actividade impulsionadora e incontornável no contexto da preservação do património cultural. Esta acção é, igualmente, destacada na legislação nacional sobre o património cultural, como a *Resolução nº12/2010, de 2 de Junho, que aprova a Política de Monumentos*, segundo a qual a preservação do património deve ter em vista a sua aplicação para fins de educação e turismo, conforme mencionado na revisão da literatura deste trabalho. Neste contexto, torna-se crucial destacar que o desenvolvimento do presente trabalho ajuda a melhorar a compreensão sobre a importância das estações arqueológicas não só para o habitual fim de pesquisas científicas como se tem visto em grande parte dos cenários a nível nacional, mas também para fins turísticos, como forma também de diversificar a oferta turística local, que muitas vezes tem sido resumida em sol e praia, conforme Filipe (2014). Ela destaca alguns desses benefícios não só para o desenvolvimento como também para a preservação do próprio património.

O património de modo geral é complexo. Este facto torna-se mais visível quando se trata do património arqueológico. Como começa a ser prática em Moçambique, o uso deste património para fins de educação e turismo, tem sido estabelecido através da criação de centros de interpretação. Porém, como se verificou neste trabalho, a não consideração de alguns elementos, designadamente os critérios de localização, incluindo os recursos patrimoniais e a oferta turística tem comprometido este objectivo. Neste estudo, constatou-se que parte significativa da frustração deste objectivo esta aliada a não observância dos elementos de análise acima mencionados como parte coconstituente do entorno dos centros de interpretação.

Os critérios de localização aqui usados são definidos de acordo a proximidade ou não dos CI das zonas de a fluiação pública, considerando ao mesmo tempo a conservação preventiva. Contudo, muito ainda há a explorar sobre o ponto de vista dos recursos patrimoniais tangíveis e intangíveis existentes em cada local para a valorização turística das estações arqueológicas estudadas.

4.6. Linha do tempo e distribuição geográfica das tradições cerâmicas, que ocorrem nas estações arqueológicas em estudo

Ainda no âmbito da abordagem sobre os centros de interpretação, apresenta-se a linha do tempo que se segue, para além consciencializar o público visitante sobre as estações em estudo e em particular as evidências, como uma das suas principais funções.

Tradição Matola - É uma tradição cerâmica, datada do primeiro ao quarto século A.D., e é conhecida através de estações localizadas ao longo da costa de Moçambique e arredores. Reveste-se de particular interesse porque representa a primeira expressão conhecida das comunidades de agricultores e pastores na África Austral, sendo essencialmente caracterizada por apresentar características decorativas de linhas de incisão múltiplas com orientação diagonal e horizontal, por vezes apresentam caneluras e pontuações (Macamo 2003: 48).

Tradição Lydenbug- É uma tradição cerâmica, que ocorre nos espólios de Zitundo, Caimane, Tembe e Inhaca (Morais 1988). Como Zitundo está reflectido em Matola foi deduzido que Lydenburg constitui a corrente ocidental da Tradição Matola, relacionada com a migração Bantu (Macamo 2003: 48). Pertence ao primeiro milénio A.D. e foi encontrada na estação arqueológica de Silver Leaves em Lydenburg, na República Sul Africana. Apresenta similaridades com as tradições Nkope e Kwale-Matola. Esta tradição é caracterizada por apresentar decoração com Linhas de incisões (diagonais, horizontais paralelas) e denticulada geralmente feita no gargalo e bordo (Mason 1974; Evers 1974). A designação de Lydenburg embora ainda seja comum a sua utilização em Moçambique, foi substituída por outra para esta tradição cerâmica, conforme Whitelaw (1996: 75-78), não sendo, porém, o propósito deste trabalho levantar esta discussão.

Tradição Gokome- Ziwa – É uma tradição cerâmica do primeiro milénio A.D., localizada no Zimbabwe. Estende-se para Moçambique até perto da costa, sendo, provavelmente, responsável pela expansão Shona, no território nacional (Macamo 2003: 48). Esta tradição é caracterizada por apresentar vasos esferoides e elipsoides, com bordo expesso. A sua decoração é essencialmente de estampas de pente e de conchas, motivos em

espinha de peixe, variando, com linhas de incisões diagonais e pinceladas geralmente no bordo ou no gargalo (Vogel 1978: 12-13). O seu estudo aliado aos concheiros, foi recentemente actualizado por Robb *et al.*(2021).

Tradição TIW- É uma tradição cerâmica, usada para interpretar as origens Swahili na costa oriental de África (Chami 1994). Foi encontrada pela primeira vez na estação de Misasa, localizada a Este de Tanzânia. Ela é essencialmente caracterizada por uma decoração de incisões triangulares e pontos entre o lábio e o ombro e forma globular e espessa, sendo, algumas vezes, pintada com grafite e ocre (Chami 1994, Fleisher & Wynne-Jones 2011).

Tradição Zimbabwe- É uma tradição cerâmica caracterizada por ser queimada ou grafitada, com figuras geométricas, sendo as formas mais comuns dos seus vasos definidas por gargalos alongados em relação ao bojo (Macamo 2006: 63)

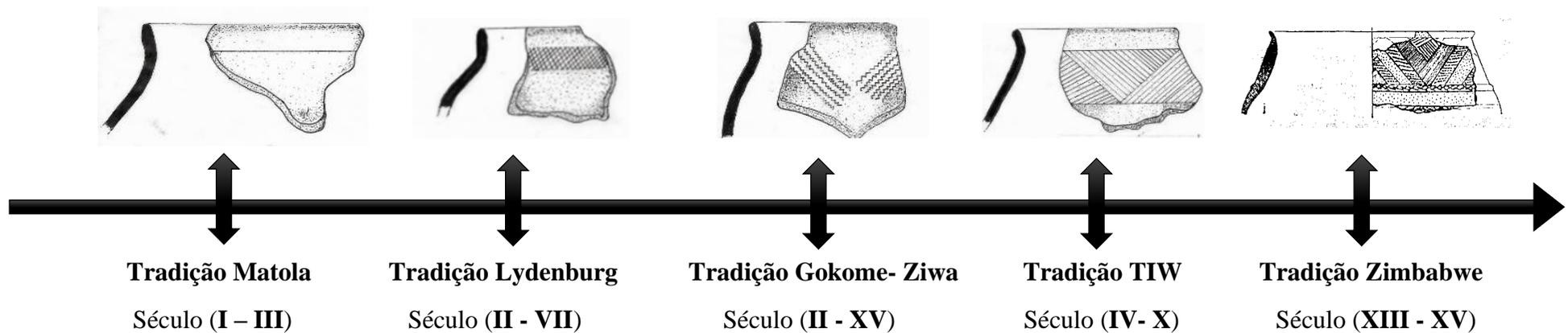


Figura 10. A linha do tempo com base nas Tradições Cerâmicas Fonte: (o autor; Macamo 2006; Atuia 2020)

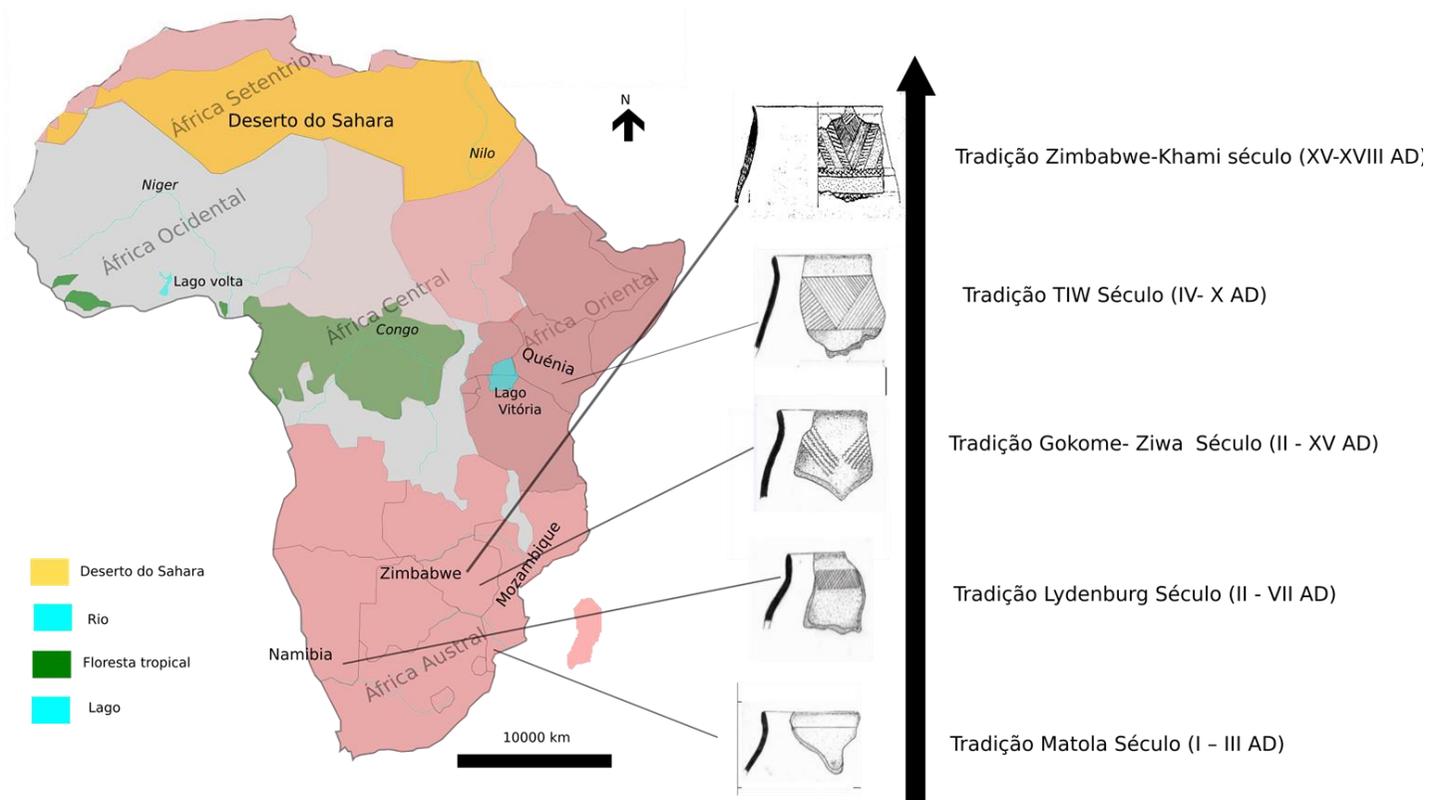


Figura 14: Distribuição geográfica das tradições cerâmicas que ocorrem nas estações arqueológicas de Chongoene, Chibuene e Manyikeni. Fonte: o autor e Varsil Cossa 2023.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegado ao final do presente trabalho, constatou-se que, para a implantação dos Centros de Interpretação é fundamental a observância dos critérios aqui definidos, nomeadamente o fluxo turístico; o didáctico-científico e a conservação preventiva das estações arqueológicas. Estes critérios visam garantir o funcionamento pleno dos centros, mas sobretudo a preservação do património à sua volta, ao mesmo tempo que são valorizados para o turismo, na óptica das abordagens da Rede *Rising from the Depths*, uma iniciativa do Conselho das Artes e Humanidades do Reino Unido, que visa a utilização do património marinho em benefício das comunidades costeiras de Moçambique, na Tanzania, no Quénia e em Madagascar, conforme Solange Macamo (comunicação pessoal).

Importa ainda referir que, na observância dos critérios de localização dos Centros de Interpretação é crucial a sua utilização integrada. Como se constatou no presente estudo, a inobservância de um dos critérios pode comprometer todo o processo do seu funcionamento, quer em relação à fruição do público ao centro, como também a preservação do património à sua volta.

O presente trabalho teve como objectivo analisar o funcionamento dos centros de interpretação, tendo como base os critérios da sua localização. O centro de Chibuene, por exemplo, encontra-se localizado próximo da zona de fluxo turístico e dentro da estação arqueológica, o que a torna vulnerável, principalmente, quando não há controle do número dos seus visitantes. Mas, ao mesmo tempo, a sua localização perto dos estabelecimentos turísticos é benéfica por agregar valor ao turismo tradicional lá praticado.

Em contrapartida, quando fazemos a mesma análise em Manyikení constata-se claramente que há um défice enorme na combinação dos critérios de localização dos centros de interpretação, facto que também contribui para a má preservação desta estação. A ausência total de estabelecimentos turísticos nas proximidades de Manyikení não valoriza nem a estação e nem ajuda na sua preservação.

A estação arqueológica de Chongoene pode usar os Centros de Interpretação de Chibuene e Manyikení, como modelo, o que pressupõe que a escolha do local para a

implantação do respectivo Centro de Visita do Património pode ter uma vantagem considerável, conforme discutido neste trabalho.

Tanto Chibuene como Manyikeni partilham das mesmas facilidades turísticas as quais privilegiam a zona costeira.

Em geral, com o presente estudo pretendeu-se contribuir para a necessidade da consideração dos critérios de localização dos Centros de Interpretação como um mecanismo de preservação e valorização turística de estações arqueológicas, sem, contudo, comprometer a comunicação do discurso do património ao público visitante, garantindo, ao mesmo tempo, a sua preservação para as presentes e futuras gerações.

Recomendações.

Filipe (2014: 69) providencia uma série de recomendações para a valorização turística do património cultural, igualmente, válidas para as estações arqueológicas. Ela conclui que:

...”o turismo, além de ser um instrumento importante de promoção social e dinamização económica, é também, e principalmente, uma actividade cultural. A gastronomia, música, arquitectura, as lendas, as danças e os trajes regionais, bem como as paisagens são um ponto de passagem obrigatório para cada turista. O turismo cultural, mais do que uma actividade económica, é um sustentáculo muito importante para a valorização e preservação da história local, nacional, regional e mundial” (Filipe 2014: 70).

Constatados os problemas que giram em torno dos centros de interpretação em análise, recomenda-se o seguinte, conforme Macamo (2006) e ainda Solange Macamo (em comunicação pessoal, 2023):

- ✓ Observância atenta da legislação sobre o turismo, bem assim, do património cultural e biocultural para que não se comprometa a integridade dos atractivos turístico, isto é, das estações arqueológicas mencionadas ao longo do trabalho;
- ✓ O desenvolvimento de indústrias culturais e criativas ex: artesanato e produção de camisetas, bonés, chaveiros replicando a imagem dos recursos arqueológicos existentes nas estações arqueológicas estudadas).
- ✓ Para o caso particular do centro de interpretação de Manyikeni que se encontra distante dos estabelecimentos hoteleiros, recomenda-se a criação de facilidades turísticas tais como as vias de acesso, os locais de hospedagem e serviços de

alimentação e bebidas. Há enormes perspectivas mas também há desafios que se colocam para a valorização turística das estações arqueológicas de Moçambique, para o que o presente estudo pretendeu contribuir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Adamowicz, L. 2013. “Arqueoturismo e Gestão Sustentável do Património Arqueológico”: *Plano Analítico*. Maputo: DAA/UEM. Disponível na internet em: https://www.academia.edu/6553132/ARQUEOTURISMO_E_GEST%C3%83O_SUSTENTAVEL_DO_PATRIM%C3%93NIO_ARQUEOL%C3%93GICO. 15 Dezembro de 2022.

Assi, A. 2014. “Gestão de Estações Arqueológicas “Sem Construção”: o caso da Estação Arqueológica do Campus Universitário da Universidade Eduardo Mondlane”. Dissertação de licenciatura. Maputo: DAA/UEM.

Atuia, H. 2020. “A colecção de cerâmica de Peter Garlake de Manyikeni no laboratório nr 8 do DAA/UEM: Interpretação da Tradição Zimbabwe e da heterogeneidade”. Dissertação de Licenciatura. Maputo: DAA/UEM.

Bittencourt, Juliana. 2021. “Centro Interpretativo do FEUP museu: Um espaço de encontro”. *Ensaios e Práticas em Museologia*. 10:37-58.

Boniface, B. & Cooper, C. 2005. *Worldwide destinations: The geography of travel and tourism*. Routledge.

Butler, R. W. 1980. “The concept of a tourist area cycle of evolution: Implications for management of resources”. *The Canadian Geographer*. 24 (1): 5-12

Castro, L. & Pinto, R. 2013. “Sustentabilidade e turismo comunitário: Aspectos teóricos conceituais”. *Caderno Virtual de Turismo*. 3 (2): 213-226.

Chami, F. 1994. *The Tanzanian Coast in the First Millennium AD: Na archaeology of the iron-working, farming communities*. Uppsala Societas Archaeologica Upsaliensis.

Chirikure, S; M. Manaynga; A. M. Pollard; F. Bandama; G. Mahachi, I. Pikirayi. 2014. Zimbabwe Culture before Mapungubwe: New evidence from Mapela Hill, South-western Zimbabwe. *Plos one* 9 (10): 1-18.

CRATerre-ENSAG-UNESCO. 2006. *Cultural heritage and local development*. Paris: UNESCO.

Cunha, L. 2013. *Economia e política do turismo*. Lisboa: LIDEL

Da Silva, C.K. 2004. “A Importância do Turismo para o Desenvolvimento Económico do Estado do Espírito Santo”. Dissertação de Licenciatura. Espírito Santo: UFES/DCC.

Decreto n.º 27/94, de 20 de Julho que aprova o Regulamento de Protecção do Património Arqueológico e a composição do Conselho Nacional do Património Cultural. Boletim da República n.º29 (I)

Decreto n.º 55/2016, de 28 de Novembro que aprova o Regulamento sobre a Gestão de Bens Culturais Imóveis. Boletim da República n.º142 (I)

DPCT. 2021. Inventário provincial de monumentos, conjuntos e sítios património cultural. Inhambane

Duarte, R. 1988. “Arqueologia da idade do ferro em Moçambique (1974- 1988)”. *Trabalhos de Arqueologia e Antropologia*. 5: 57-74

Ekblom, A. 2004. *Changing landscapes: an environmental history of Chibuene, southern Mozambique*. Uppsala: Department of Archaeology and Ancient History (Studies in Global Archaeology 4).

Falcão, L.A, Tavares, A.G, Kiyotani, I. 2018. “Arqueoturismo: Repensando o turismo nas itacoatiaras do Ingá”. *Caderno virtual de turismo*.18 (2): 104 -120.

Filipe, K. 2006. “Património Vivo em Inhambane: Distrito de Vilanculos, 1992-2004”. Dissertação de Licenciatura. Maputo: DH/UEM.

Filipe, K. 2014. “Turismo cultural no contexto da gestão do património cultural”.In: Jopela, Albino Coord. *Manual de conservação do património imóvel em Moçambique*. 67 – 71. Maputo: Ministério da Cultura.

Fleisher, J. e Wynne-Jones, S. 2011. “Ceramics and the Early Swahili: Deconstructing the Early Tana Tradition”. *African Archaeological Review* (28): 245-278.

Garlake, P.S. 1976. “An Investigation of Manekwene, Mozambique: Archaeology África”. *Azania*. 11: 25-48.

Garrido, M. A., & Sánchez, J. A. 2015. “Los centros de interpretación como motor de desarrollo turístico local, Un modelo fracasado? El caso de la provincia de Cádiz. Boletín” *de la Asociación de Geógrafos Españoles*. 67:143-165.

Goeldner, C. R & Ritchie, J. B. 2012. *Tourism: Principles, practices, philosophies*. John Wiley & Sons.

Hall, C. M. Sharples, L. Mitchell, R., & Macionis, N. 2003. *Food tourism around the world: Development, management and markets*. Butterworth-Heinemann

ICOMOS. 1990. *Charter for the Protection and Management of the Archaeological Heritage*.

Jopela, A. (Coord) 2014. *Manual de conservação do Património Cultural Imóvel em Moçambique*. Maputo: DNPC

Lei n.º 4/2004 de 17 de Junho de 2004, que aprova a lei do turismo. Boletim de República n.º 24 (I).

Lei n.º 10/88 de 22 de Dezembro, que determina a protecção legal dos bens materiais e imateriais do património cultural moçambicano. Boletim da República n.º 51 (I).

Macamo, S. (Coord). 2009a. *Estação Arqueológica de Chibuene*. Maputo: DNPC

Macamo, S. (Coord). 2009b. *Estação Arqueológica de Manyiken*. Maputo: DNPC

Macamo, S. 2006. *Privileged Places in South Central Mozambique: the Archaeology of Manyiken, Niamara, Songo and Degue-Mufa*. (Studies in Global Archaeology 4).

Macamo, S. 2009c. *Manual de Pré-História*. Maputo: DH/UEMU.

Macamo, S. L. 2003. *Dicionário de Arqueologia e Património Cultural de Moçambique*. Maputo: Ministério da Cultura & UNESCO.

Macamo, S., Senna-Martinez, J.C., Moiane, P., Gujamo, S., Chambe, C., Maluvane, L. e Jeiamba, L. 2021. Os conhecheiros de Xai-Xai e Chongoene (Província de Gaza, Moçambique): A devolução do passado no contexto da arqueologia pública. In. Abel Silvestre Mazuze, Arsénia Pedro Matsinhe e Xadrique Paulo Mate (coords.). *Xai-Xai: 60 anos de uma comunidade em metamorfose*, 13-51.

MAE. 2005. Perfil do distrito de Vilanculos na província de Inhambane. Inhambane.

- Manhique, A. 2021. *(Re) pensando nos Museus Virtuais como estratégia de comunicação em instituições museológicas de Moçambique*. Maputo: DAA/UEM
- Marconi, M. A e Lakatos, E. M. 2003. *Fundamentos de Metodologia Científica*. Atlas 5º edição.
- Meneses, M. P. G. 2002. Glossário de alguns conceitos e termos utilizados em arqueologia. DAA/UEM.
- Morais, J.M. 1988. *The Early Farming Communities of Southern Mozambique*. Maputo: Eduardo Mondlane University Mozambique. Stockholm: Central Board of National Antiquities.
- MTur. 2018. *Glossário do turismo: Compilação de termos publicados por Ministério do Turismo e Embratur nos últimos 15 anos*. Brasília: 1ª edição.
- Muchangos, A. 1999. *Moçambique, Paisagens e Regiões Naturais*. Maputo: Edição do autor.
- Muocha, M. 2005. “O Uso da Placas para a identificação do Património Arqueológico: estudo de caso das estacoes arqueológicas do Distrito de Vilanculos, 1943-2004”. Dissertação de Licenciatura. Maputo: DH/ UEM.
- Ndoro, W. 2001. *Your Monument Our Shrine: The Preservation of Great Zimbabwe*. Uppsala: Uppsala University.
- OMT. 2001. *Tourisme: Horizon 2020: Prévisions globales et profils des segments de marche*.
- Pau-Preto, F. & Luís, L. 2003. “Plano de Ordenamento de Parque Arqueológico: Uma nova figura de planeamento”. Aveiro 1:73- 79.
- PEA. 2012. *Perfil ambiental e mapeamento do uso actual da terra nos distritos da zona costeira de moçambique: Distrito de Vilanculos*. Inhambane: Ministério para a Coodenação da Acção Ambiental.
- Resolução 12/10 de 2 de Junho, que aprova a Política de Monumentos. Boletim da República n.º 22 (I).

Robb, A.; Macamo, S.; Guissamulo, A. and Lane, P. 2021. Observations from some newly recognised coastal shell middens at Praia de Chizavane, Gaza Province, Mozambique. SAAB 76 (215).

Sampaio, C.A. 2008. *Pensando o conceito de turismo comunitário*. Belo Horizonte: V seminário da associação Nacional de pesquisa e pós-graduação em turismo.

SARG. 1977. *Relatórios de Actividades da Secção de Arqueologia*. Maputo: CEA/UEM.

Seaton, A.V. 1996. *The marketing of tourism products: concepts, issues and cases*, International Thomson Business. Londres: Press.

Senna-Martinez J.C. 1969. “Novas descobertas nos concheiros do Xai-Xai e Chongoene”. *Monumenta*. Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique.

Sinclair, P. J. J. *Space, time and social formation: A territorial approach to the archaeology and anthropology of Zimbabwe and Mozambique c. 0- 1700 AD*. Uppsala: Societas Archaeologica Upsaliensis.

Tugas, P. I. *et al.* 2005. “The Hicira handbook”. Disponível em: https://www.diba.cat/c/document_library/get_file?uuid=63952a92-928c-4eb9-a698-587bea5cf637&groupId=99058. 15 de Dezembro 2022. Uppsala: Department of Archaeology and Ancient History

Vogel, J. 1978. “The Gokomere Tradition”. *The African Archaeology Bulletin* 33 (127): 12.

Whitelaw, G. 1996. Lydenburg revisited: another look at the Mpumalanga Early Iron Age sequence. *The South African Archaeological Bulletin* 51, 75-83.

World Federation of Tourist Guide Associations (WFTGA). (2015). Definition of a Tourist Guide. Disponível na internet em: <http://www.wftga.org/aboutus/what-is-a-tourist-guide/>

Entrevistas

Télvia Machava. 20 de Dezembro de 2022

Faustino Luiz Boane. 20 de Dezembro de 2022

Solange Macamo. 18 de Janeiro de 2023